

# Emendas encurtam programação na TV

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Vários constituintes e líderes dos partidos estão criticando o projeto de regimento interno que obriga as emissoras de rádio e televisão a dar 90 minutos diários para divulgar os trabalhos da Constituinte. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) apresentou emenda, ontem, reduzindo o tempo a cinco minutos, por considerar que a proposta anterior "representa uma aberração que, se aprovada, liquidará a credibilidade da Constituinte".

O deputado Maurílio Ferreira Lima, ao justificar sua emenda que reduz a obrigatoriedade a somente cinco minutos diários, diz que a Constituinte "pode ter os meios legais para obter o horário, mas não tem o que colocar no ar durante 90 minutos e o ouvinte desligará o aparelho". Para ele, a opinião pública, "agredida por uma programação chata, se voltará contra a Assembléia Nacional Cons-

tituinte, considerando que estamos em Brasília apenas para tumultuar o cotidiano, invadindo a privacidade de cada lar brasileiro com um som e uma imagem que desagradam". Mesmo os cinco minutos diários ele considera um risco enorme manter por muitos meses, "porque nem novela de qualidade suporta este tempo".

Maurílio Ferreira Lima diz que um absurdo maior ainda é a pretendida publicação de uma súmula diária nos jornais, item que suprimiu totalmente em sua emenda.

Para o líder do PTB, deputado Gastone Righi, "a Constituinte não pode compactuar com o confisco de uma hora e meia da programação das emissoras". Ele diz que isso seria "uma violência" e que o PTB foi surpreendido com o projeto, mas que tem certeza de que os líderes chegarão a uma conclusão conciliatória: "Algo como uma recomendação para destaque da Constituinte nos noticiários". Righi pensa que obrigar as rádios e TVs a ceder espaço diário

acabará por reduzir a divulgação dos trabalhos.

Ele recebeu ontem a visita do presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, dizendo que assim como defendeu as duas horas de transmissão gratuita de propaganda eleitoral, antes das eleições, agora é contra a obrigatoriedade contida no projeto de regimento interno. "Porque não se trata mais de defender os candidatos do poder econômico." Righi diz que a imprensa já está dando o devido espaço à Constituinte e que o Congresso não teria nenhuma condição de fazer uma programação melhor.

O presidente da Abert esteve também com os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Alfredo Campos (PMDB-MG), que prometeram lutar contra a obrigatoriedade de uma hora e meia por dia. Joaquim Mendonça voltou ontem para São Paulo e na segunda-feira promove, em Brasília reunião, dos 18 diretores

regionais da Abert, para discutir a questão. O superintendente da Abert, Antônio Abelin, continua conversando com os parlamentares em Brasília e hoje terá encontrado com o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS).

"O que queremos é liberdade de informar", diz Joaquim Mendonça, garantindo que as lideranças estão com ele, e propondo também a transformação da *Voz do Brasil*, em *Voz da Constituinte*. Para o presidente da Abert, "mesmo que a obrigatoriedade de transmissão seja de apenas dois minutos, será pior do que ter 30 ou quarenta minutos de programação livre".

O deputado Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) também apresentou emenda, reduzindo o tempo de obrigatoriedade a 15 minutos por dia, dividido em três períodos. Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, afirma que 10 minutos por dia são suficientes, "como dizem os próprios constituintes que têm experiência no setor de rádio e televisão".

Para o líder do PDS, deputado Amaral Neto, que conversou segunda-feira com o presidente da Abert, "tudo está em aberto e é negociável. Dá para chegar a um denominador comum". A deputada Christina Tavares (PMDB-PE) continua pedindo a obrigatoriedade de transmissão dos trabalhos da Constituinte e ontem acusou a Abert de "pressionar os constituintes com seu lobby". O PT também pressiona para que a Constituinte tenha o maior tempo possível de transmissão obrigatória no rádio e TV.

## EDUCATIVAS

A posição assumida pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, com o apoio de Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, Prisco Vianna e Severo Gomes, entre outros, é de que as emissoras de rádio e televisão do sistema Radiobrás e da TV-Educativa deverão transmitir ao vivo todos os debates da Constituinte—comissões e plenário.